 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 035. Etnografia em novos contextos de produção de coletivos indígenas e quilombolas

Levi Marques Pereira (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD) - Coordenador/a, Sandro José da Silva (UFES) - Coordenador/a, Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Leif Ericksson Nunes Grunewald (UFGD) - Debatedor/a O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores sobre os contextos de produ??o de coletivos ind?genas e quilombolas que contribuam para a discuss?o de temas como as pr?ticas sociais e os modos de existir a? institu?dos, as conex?es com o movimento ind?gena, indigenista e quilombola, bem como as negocia?es com o Estado dentre outras institui?es. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estat?stica (IBGE ? 2010) mais de um ter?o da popula??o ind?gena vive em espa?os urbanos, em espa?os conhecidos como aldeias urbanas ou como simples moradores da cidade. Outra parte dos ind?genas vive em ?reas rurais n?o regularizadas pelo Estado como Terras Ind?genas, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em ?reas tituladas por particulares. Tem-se assim, uma gama variada de contextos e situa?es nas quais realizam suas formas de existir e que recusam crit?rio exteriores a estes coletivos, como o ?marco temporal?. O fen?meno das ?retomadas? ind?genas e quilombolas, em suas m?ltiplas implica?es e significa?es, aponta para a movimenta??o pol?tica de recupera??o de terras expropriadas, mas tamb?m expressa mudan?as de postura frente ao Estado e a sociedade nacional, envolvendo processos intrinsecamente conectados com o reposicionamento do pr?prio coletivo em rela??o ?s suas formas de express?o e pr?ticas culturais. O GT pretende reunir pesquisadores do campo da etnologia ind?gena e/ou comunidades quilombolas que tragam contribui??o para esse debate.

> **A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: Desrespeito ao Oguatá dos Povos Tradicionais na Fronteira Brasil/Paraguai**
>
> **Autoria:** Marco Antônio Rodrigues, Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues Antonio Hilario Aguilera Urquiza
>
> O presente work é fruto de pesquisa em andamento, tendo por objetivo analisar a dinâmica da mobilidade espacial dos Kaiowá/Paï Tavyterã localizados na região de fronteira Brasil/Paraguai. O povo Kaiowá/Paï Tavyterã possui processo próprio de ocupação de um território tradicional no qual ocorrem estes deslocamentos e é nele que as comunidades estabelecem suas redes sociais pautadas pelas relações de parentesco e afinidades. A análise histórica, antropológica e jurídica do alcance do Direito Consuetudinário é importante para que se possa compreender a limitação do Oguatá a partir da formação dos Estados Nacionais, marcando o desrespeito ao direito de ir e vir desses povos tradicionais. A mensagem de veto nº 163/2017 atingiu os indígenas ao longo da fronteira Brasil/Paraguai, restringindo a sua mobilidade. A pesquisa tem como foco principal a mobilidade entre a aldeia Campestre, localizada no município de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul/BR, e a aldeia Pysyry, localizada no Departamento de Amambay, Distrito de Pedro Juan Caballero/PY. A base metodológica é própria dos estudos antropológicos, fazendo uma interface com o Direito, além da pesquisa bibliográfica, com preferência pelo work de campo. Com os vetos à nova Lei de Migrante, conclui-se que a população indígena de fronteira experimenta mais uma imposição do Estado, que não reconhece os ?direitos originários?, anteriores à criação do próprio Estado.
>
> Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**